



Eixo: Ética, Direitos humanos e Serviço Social.

Sub-eixo: Ética, Direitos Humanos e enfrentamento das expressões cotidianas da alienação e da barbárie.

O CONSERVADORISMO MORAL ENQUANTO UMA DAS EXPRESSÕES DO NEOCONSERVADORISMO

AMANDA EUFRÁSIO¹

Resumo: O presente trabalho tem como proposta a reflexão teórica sobre expressões do conservadorismo moral na atualidade. Para isso, apresentamos algumas das análises de autores sobre o tema e foram feitas breves considerações sobre manifestações desse fenômeno na realidade brasileira, mais especificamente, no que se refere às percepções, opiniões e condutas em relação às pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Palavras-chave: neoconservadorismo; conservadorismo moral; Bolsa Família.

Abstract: The presente work has as proposal theoretical reflection on expressions of moral conservatism today. For this, we presente some of the author's analyses on the topic and brief considerations were made about manifestations of this phenomenon in brazilian reality, more specifically, with regard to perceptions, opinion and conduction in relation to beneficiaries of the Bolsa Família program.

Keywords: neoconservatism; moral conservatism; Bolsa Família.

1. INTRODUÇÃO

No presente ensaio teórico, buscamos discutir os significados do neoconservadorismo e suas configurações na atualidade, a partir da contribuição de alguns estudiosos sobre o pensamento conservador que são referência no campo do Serviço Social brasileiro e em outras áreas do conhecimento.

Este trabalho é parte de pesquisa que vem sendo desenvolvida sobre uma das manifestações cotidianas do neoconservadorismo que se tornou uma particularidade da realidade brasileira: a moralização da pobreza por meio de críticas ofensivas, violentas e preconceituosas contra famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <amandaeufrasio2011@gmail.com>

Com o objetivo de investigar expressões do neoconservadorismo que recaem sobre a população pobre culminando em situações de discriminação social e violação de direitos humanos nos dias atuais, fizemos uma revisão de literatura sobre o conservadorismo/neoconservadorismo, fenômenos estes historicamente presentes e latentes na profissão. Tal debate vem sendo amadurecido no país desde o “movimento de intenção de ruptura” (NETTO, 1998) e mostra-se extremamente necessário no momento histórico em que vivemos onde há um fortalecimento e recrudescimento da ideologia conservadora nas várias esferas da vida social e em diversas partes do mundo e no Brasil, com reflexos no exercício profissional de assistentes sociais.

2. A IDEOLOGIA CONSERVADORA E SUAS RECONFIGURAÇÕES

É consenso entre os estudiosos do tema que a ideologia conservadora nasce junto com a sociedade burguesa moderna. Netto, L. E. (2011) é uma autora que não aprofunda os estudos sobre o neoconservadorismo, mas a sua pesquisa sobre o que ela denomina “conservadorismo clássico” é de fundamental importância para compreendermos as configurações e formas que essa ideologia foi tomando ao longo dos anos, até chegar nos dias de hoje. Segundo ela, o “conservadorismo clássico” emerge na sociedade burguesa com características antiburguesas e, posteriormente, assume traços antirrevolucionários. Isto porque, nos marcos da ascensão da sociedade capitalista, transformações de todo tipo espalhavam-se pelo modo de produção material dos homens e, conseqüentemente, na produção espiritual da vida.

Para Coutinho, C. N. (2010), essa oposição ao caráter revolucionário burguês, por parte desses segmentos que se sentiam prejudicados com tais mudanças e que, portanto, foram criando um movimento conservador de embate a essa realidade, somava-se a uma objeção ferrenha à continuidade de um “movimento progressista” que se refletia na filosofia e se iniciara tempos antes com pensadores renascentistas², caracterizando assim o que o autor

² Coutinho, C. N. (2010, p. 21) se refere à primeira etapa da história da filosofia burguesa que, segundo ele, “vai dos pensadores renascentistas a Hegel” e “caracteriza-se por um movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista

analisa como “primeira forma assumida pela ideologia da decadência”, sob as marcas da angústia e do irracionalismo, qual seja o “romantismo que se apresenta como crítica ao racionalismo iluminista” (COUTINHO, C. N., 2010, p. 62-63).

Com base em nossos estudos, entendemos que conservadores denominados “tradicionalistas” como Edmund Burke (1729-1797), Joseph De Maistre (1753-1821), Louis de Bonald (1754-1840), entre outros, ao se posicionarem temerosos às transformações estruturais inerentes à revolução capitalista, assumiam uma posição anticapitalista romântica de recusa ao novo sistema e, até mesmo, de rejeição às reformas liberais propostas que ameaçavam o antigo regime político monárquico, além dos costumes, tradições e *status quo* da época. Entretanto, Barroco (2010) nos lembra que a propriedade, elemento central dessa nova organização econômica que emergia, era o único aspecto em que o conservadorismo concordava com o liberalismo. Sob essa perspectiva, a propriedade não é considerada apenas um “direito natural” (NETTO, L. E., 2011), mais do que isso, ela é compreendida enquanto “princípio inviolável”, condição de humanidade e pressuposto para o desenvolvimento da civilização, como segue abaixo nas palavras de Nisbet (1987, p. 97):

Existe na teoria conservadora da propriedade privada um forte componente romano. A propriedade é para o homem mais do que um acessório externo, mais do que um servidor inanimado das necessidades humanas. Ela é, acima de tudo o mais, a própria condição da humanidade do homem, a sua superioridade em relação a todo o mundo natural. Diz a argumentação romana que, até que um ser humano, algures no passado remoto, tivesse tomado para si um pedaço de terra e dito “isto é meu”, não fora possível à soberania humana sobre a terra e tudo que nela está, afirmar-se e tornar-se assim no primeiro passo para o desenvolvimento da civilização.

e dialética”. Já a sua segunda etapa, tem como marco os anos de 1830-1840 quando o desenvolvimento capitalista ganha grande impulso e a burguesia assume uma postura defensiva de manutenção do seu *status quo* e não mais progressista. O autor chama a atenção para o fato de que a ruptura se deu com a “tradição progressista” da filosofia burguesa e não com a totalidade desse pensamento. “Tradição progressista” esta que foi melhor trabalhada na teoria de Hegel com as categorias que tornaram-se um legado para a teoria social moderna: o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética (COUTINHO, C. N., 2010).

Havia uma forte insegurança de que as propriedades, sobretudo da terra, perderiam a sua vinculação com os “costumes e leis de primogenitura e morgadio” (NISBET, 1987, p. 98). É certo que essa preocupação com os interesses econômicos dos grupos que se beneficiavam com os direitos de propriedade hereditários vigentes até então, era acompanhada pelo medo de mudanças nas relações de hierarquia familiar, na organização e no modo de vida camponeses, na conservação de uma ordem considerada tradicional da vida ainda prevalente nas áreas predominantemente rurais, como era o caso dos grandes feudos. Sendo assim, entendemos que a resistência às modificações no sistema de propriedades feudal, até então basicamente familiar ou corporativo, e não individual, estava diretamente relacionada à questão econômica e, conseqüentemente, ao significado de família (sob a perspectiva da Lei Romana), à sua estruturação, portanto, aos costumes, valores e hábitos das famílias naquele período. Segundo Nisbet (1987, p. 98):

Toda a essência da perspectiva conservadora sobre propriedade e da componente fortemente romano-feudal dessa perspectiva, encontra-se, evidentemente, nos costumes e leis de primogenitura e morgadio. Ambas eram destinadas a proteger o carácter *familiar* de propriedade, a impedir que se tornasse na posse, incerta e possivelmente transitória, de um só indivíduo. Quase tudo na lei medieval sobre a família e o casamento, incluindo a severa ênfase posta na castidade da mulher, o castigo terrível que podia ser imposto ao adultério pela esposa, veio de uma reverência quase absoluta pela propriedade, pela herança legítima da propriedade.

Contudo, Netto, L. E. (2011) conclui que o “conservadorismo clássico” respondia ao “caldo cultural” da Modernidade e à sua respectiva ideologia, dos quais foram seus produtos diretos episódios como o Iluminismo e a Revolução Francesa, entre outros. O “conservadorismo clássico”, aponta a autora, também tratou de responder ao processo de conquista da hegemonia pela classe burguesa que, naquele momento era revolucionária e, por isso, os conservadores daquele período eram antiburgueses e antirrevolucionários. Tais elementos que configuram a existência do conservadorismo devem ser examinados em sua totalidade, os quais envolvem uma série de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, bem como as contradições e

impactos que resultaram delas. De acordo com a autora, o “conservadorismo clássico” se traduz em

[...] uma expressão cultural (obviamente complexa e diferenciada [...]) particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito precisos: *o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa*-configuração que deve ser tomada como uma “rica totalidade de determinações e relações diversas” (Marx, 1982, p. 14) e em que operam movimentos e tensões em todas as esferas e instâncias sociais (NETTO, L. E., 2011, p. 41).

A autora reforça que, ao longo do desenvolvimento dessa matriz de pensamento, os seus traços característicos e funcionalidade social foram sofrendo alterações, como ocorreu durante o século XIX com o nascimento do proletariado, a criação da sociologia, do marxismo e a consolidação de vertentes políticas liberais e neoliberais, entre outros episódios importantes da história. Conservadores que, antes caracterizavam-se pelo posicionamento contrarrevolucionário, foram, cada vez mais, rompendo com uma idealização romantizada de retorno à velha estrutura social feudal e foram aliando-se à burguesia que se tornou conservadora. Isto ocorria ao mesmo tempo em que se assumia uma posição defensiva em relação à ameaça que a organização do proletariado significava para a manutenção de uma ordem que lhes garantia vantagens econômicas. Vencida a batalha de derrubada dos regimes monárquicos que ainda existiam, de aniquilação dos resquícios do sistema feudal, de tomada do poder de parte da nobreza aristocrata e do setor agrário, e conquistada a consolidação do modo de produção e do projeto societário capitalistas; a burguesia precisava encontrar meios de administrar as mudanças constantes na sociedade moderna capitalista, sem que isso redundasse em uma transformação radical da sociedade, e então, esta foi assumindo uma papel cada vez mais conservador no desempenho de suas funções e na sua concepção de mundo.

Assim sendo, no conservadorismo, pregou-se a conservação de elementos constitutivos da sociedade em sua velha estrutura feudal ou ainda o retorno ao passado, num primeiro momento. Posteriormente, preconizou-se a manutenção da configuração burguesa de sociedade. Em ambos os casos, as intenções estavam diretamente relacionadas com interesses econômicos e

privilégios das classes dominantes, bem como com a posição social de certos grupos, e ainda a forte vinculação a valores tradicionais que davam sustentação a esses interesses. Ao fazer assim, pensadores do “conservadorismo clássico”, como Burke, Comte e Durkheim, descartavam o elemento de mudança (constitutivo da sociabilidade humana e que atinge o seu ápice na sociedade burguesa), sobretudo, quando este em sua “radicalidade” ousava questionar ou abolir o modelo de sociedade em que viviam. As saídas “positivas” pensadas por eles estavam na manutenção do velho ou no melhoramento do que existia. Assim Netto, L. E. (2011, p. 56) refere-se à Durkheim:

[...] ele foi o último grande representante do pensamento conservador que manteve, em face da ordem burguesa, uma *perspectiva otimista*. De Burke a Durkheim, passando por Tocqueville, as várias alterações sofridas pelo conservadorismo não eliminaram a *confiança* de que os desfechos da história (pouco importando como cada qual deles concebia a natureza e a dinâmica desta) seriam positivos- em nenhum deles existe um *horizonte trágico* ou *desesperado* para a sociedade contemporânea. O pensamento conservador, da gênese a Durkheim, na sua curva do anticapitalismo restaurador ao anticapitalismo resignado e antissocialista, manteve uma visão razoavelmente otimista do futuro (seja porque os homens acabariam por ceder à compreensão de que não adiantaria lutar contra a “ordem natural”, seja porque o realismo das camadas dirigentes terminaria por impor-se, seja, enfim, porque uma nova moral laica garantiria o controle necessário à harmonia social). Esta é a maior característica unificadora deste período do pensamento conservador, período que consideramos *clássico*.

Para Barroco (2010, p. 175-176), “[...] a moral é um dos principais aspectos das reformas propostas, não somente por Comte, mas também por seus seguidores; como não se pretende nenhuma transformação estrutural, as reformas voltam-se para os valores e para a moral por sua função ideológica e integradora [...]”.

Já Souza (2015, p. 5) analisa que o positivismo teve uma função muito importante na reconfiguração do pensamento conservador, sob a forma do que ele denomina de “conservadorismo moderno”. Para ele, o positivismo

[...] impulsionou o sistema de ideias conservador, ao mesmo tempo em que o modificou, pois estabeleceu sua reconciliação com a sociedade capitalista consolidada e sua institucionalidade. Realinou

o foco das disputas políticas dos conservantistas, de posições antiburguesas para posições antiproletárias e, por derivação, contrarrevolucionárias. A Sociologia como disciplina e “ciência” específica passa a vocalizar certas aspirações conservadoras clássicas, principalmente aquelas em defesa das instituições estabelecidas. Opera essa vocalização por meio de ‘métodos científicos’ que esvaziam a produção de conhecimento sobre a sociedade de suas mediações econômicas e políticas. Esse fôlego renovado que valores conservadores centrais recebem das ‘ciências sociais’ é repleto de conseqüências históricas.

De acordo com Coutinho, C. N. (2010), a dialética presente no ciclo da acumulação capitalista que apresenta “altos” e “baixos” em seu funcionamento reflete-se no modo como opera a consciência burguesa, ora aproximando, ora distanciando mais essa consciência de uma compreensão objetiva do mundo e desveladora dos significados de sua essência. Sensações como a angústia e a insegurança, quando experimentadas pelos homens na dinâmica dessa sociabilidade moderna, são expressas por meio de posições filosóficas denominadas pelo autor como “irracionalistas” e “pseudorracionalistas”, as quais buscam negar categorias analíticas como o humanismo, o historicismo e a razão dialética (COUTINHO, C. N., 2010), na medida em que estas podem colocar em evidência as contradições do mundo real que geram instabilidade, insegurança, insatisfação, problemas com os quais pensadores conservadores preferem não lidar. No momento em que a burguesia avançou na consolidação do seu projeto de sociedade, bem como no seu estabelecimento no poder, o arcabouço teórico construído a fim de destruir a sociabilidade baseada no modo de produção feudal foi esvaindo-se e, com ele, o seu principal pilar que era a razão enquanto sustentação do conhecimento. No campo da filosofia e de outras áreas do conhecimento, o homem já não era mais colocado como um ser histórico e repleto de potencialidades, sujeito de sua própria história e da história universal, evidencia-se então a construção de um conhecimento comprometido com o pessimismo, a angústia, a irrazão. Nasce o irracionalismo moderno e seus principais representantes como Schopenhauer, Nietzsche, Kierkegaard e outros que ganharam destaque, em fins do século XIX.

O irracionalismo moderno e o conservadorismo relacionam-se na medida em que há neles um fundo ideológico de negação das conquistas modernas, da ideia de progresso, da construção de novas sociabilidades como

aquelas fundadas no socialismo, além da presença de posturas de combate à razão moderna ou aos “excessos do racionalismo”, como os autores dessa corrente teórica preferem denominar. Os pensadores pós-modernos incorporam tais elementos em suas reflexões ao considerar que o racionalismo é um dos fenômenos responsáveis pela criação e intensificação de males na sociedade, na medida em que a “arrogância” e a “prepotência” de muitas das ações humanas possibilitadas por essa “capacidade racional superior”, levaram e continuam levando a desastres como grandes guerras, criação e uso de armas com alto potencial destrutivo, problemas ecológicos, entre outros. Autores, como os neoconservadores, que se alinham a essa corrente de pensamento sustentam que esse aprofundamento das mazelas sociais e o caminho que tem sido trilhado em direção à destruição da sociedade humana, são consequências, entre outros fatores, da tendência racionalista a reproduzir ideologias e práticas fundadas na ideia de “possibilidade infinita”, como explica o autor:

[...] a crítica conservadora não poderá ser confundida com uma crítica antirracional. O problema, para o conservador, não reside no papel insubstituível da razão como instrumento de qualquer conhecimento válido e consequente. Como avisa Oakeshott, a crítica conservadora lidará não com a razão, mas com o *racionalismo*, entendido como uma subversão da razão. Ou, talvez de forma mais precisa, com a ambição desmedida de atribuir à razão a tarefa hercúlea de construir e reconstruir a sociedade humana de forma radical e perfeita. Não é a razão *per se* que inspira a crítica conservadora; é, tão só, a arrogância do racionalismo moderno e a sua ideia nefasta de “possibilidade infinita” na condução racional dos assuntos humanos (COUTINHO, J. P., 2014, p. 35).

A semelhança entre o irracionalismo e o neoconservadorismo também aparece, portanto, na negação da perspectiva de totalidade, assim como na subjetivação da história, entre outras características. Tais traços passam a configurar posteriormente o que Santos (2007) e Barroco (2011) denominam de “neoconservadorismo pós-moderno”. Tanto para Santos (2007), como para Barroco (2011), o “neoconservadorismo pós-moderno” é uma ideologia conservadora, em sua essência, reproduzida sob as bases do “[...] pensamento dominante no capitalismo contemporâneo- a ideologia neoliberal e seu subproduto, a ideologia pós-moderna”, conforme explica Barroco (2011, p.

206). Além do papel do “neoliberalismo à brasileira” na destruição de direitos e criminalização de movimentos sociais que aprofunda os traços conservadores característicos do modo de vida em nosso país, Santos (2007, p. 25) reforça que

Outros fenômenos têm sido típicos dessa conjuntura conservadora, como a conversão de intelectuais progressistas ao ideário da ordem à moda pós-moderna e a ideologia da estabilidade que se espalha num quadro de crise infirmando toda e qualquer tentativa de mudança e/ou experimentação sociopolítica (Oliveira, in Sader e Gentili, 1996: 27). Exemplo disso foram as duas vitórias em primeiro turno de Fernando Henrique Cardoso, ministro da Economia do governo Itamar e “pai” da estabilidade monetária, e a recente reeleição de Lula.

Para Souza (2015), é possível traçar um esboço das seguintes características do neoconservadorismo ou “conservadorismo moderno”, como ele denomina, são elas: negação da filiação a teorias ou ideologias por considerá-las dogmas; o presente é muito mais valorizado do que o passado, diferentemente do que ocorria no “conservadorismo clássico”; o pragmatismo e o empirismo continuam sendo categorias fundamentais para a legitimação de ideias; há uma negação da razão e a valorização de preconceitos; a “terceira via” é considerada uma ação política e social viável; há uma aproximação com o ideário neoliberal; defende-se reformas sociais desde que não se transformem em ações “totalitárias”.

3. CONSERVADORISMO MORAL NA ATUALIDADE

Conforme visto anteriormente, a partir de meados da metade do século XIX, as explicações de mundo foram recusando, cada vez mais, as contradições intrínsecas à sociedade em que vivemos. Estas passaram a ser explicadas por Comte e Durkheim como algo “anormal”, aquilo que “foge às regras” e que, portanto, devem ser passíveis de “consertos”. A moral, nesse sentido, é um espaço muito profícuo para depositar as esperanças e as possibilidades de reintegração social em uma sociedade caótica. Isto porque essa é a esfera da vida em que são estabelecidas normas e deveres necessários à socialização humana e à convivência social (BARROCO, 2001),

portanto, reestabelecê-las por meio de um ordenamento jurídico burguês (o Direito é tido como uma esfera privilegiada nesse sentido), implica em garantir uma estabilidade a essa sociedade em tempos em que as contradições sociais acirram-se, ainda que seja próprio da sociedade capitalista o dinamismo e a instabilidade.

Barroco (2010) continua explicando ainda sobre o papel basilar, nesse processo de justificação da sociedade burguesa, da “função ideológica e integradora” da moral, ou seja, a produção e reprodução de valores direcionados para se atingir um consenso social em torno da sociedade ideal fundada no princípio da ordem. Trata-se da moral enquanto ações no campo individual e que se refletem no espaço coletivo de modo a organizar as relações sociais.

Diferentemente do pensamento de alguns conservadores do “período clássico” que atribuíam grande importância à moral religiosa³ e aos costumes tradicionais, o pensamento conservador pós-1848, influenciado pelo agnosticismo de seus representantes, como Comte e Durkheim, toma outras formas, além destas (mesmo que a religião e a tradição ainda se façam presentes com considerável importância no pensamento conservador). Como exemplo dessa transmutação, temos a Sociologia tornada disciplina acadêmica na França com os esforços de Durkheim para legitimar uma ciência da sociedade e oferecer uma base científica de explicação do seu funcionamento, inclusive, para outros profissionais com o intuito de reproduzi-la e aplicá-la em seus espaços de trabalho, mas não só, também nos vários espaços da vida social a fim de construir e consolidar uma nova moral entre os homens. A Sociologia, para Durkheim, deveria se constituir como uma ciência autônoma de ideologias, sem a interferência de análises econômicas ou filosóficas. Para isso, ao elencar como central para a sua tese a questão da moral, ele distinguia ciência de moral. Ou seja, de acordo com a sua teoria, sociólogos deviam fazer

³ Segundo Netto (2011, p. 67): “[...] o clericalismo nunca recobriu o conjunto do conservadorismo- nem Burke nem Tocqueville foram pensadores de caráter clerical”. O que estava em questão, para os primeiros conservadores, era o papel da religião na sociedade e da Igreja enquanto instituição capaz de controlar a vida social e as ações do Estado. Em menor grau, explicitava-se nas formulações conservadoras a valorização da fé religiosa enquanto experiência mística (NISBET, 1987).

ciência produzindo conhecimentos sobre o desenvolvimento da sociedade e a questão social, sendo que a implementação desses conhecimentos na prática por meio de uma moral laica e republicana deveria se dar no cotidiano da sociedade civil com o respaldo do Estado, do Direito, de instituições intermediárias como a família, as escolas, associações, igrejas, corporações profissionais, entre outras, e de profissionais habilitados para isso. Identificamos, neste caso, a persistência da valorização de grupos intermediários absolutamente necessários para mediar as relações entre indivíduos e sociedade, assegurando a vinculação a valores, costumes, tradições, sentimentos que unem os homens em torno dos mesmos objetivos, valorização essa que já era bastante recorrente no período de emergência do “conservadorismo clássico” e que reforça as restrições à liberdade dos indivíduos.

Para Durkheim, as revoluções sociais para acabar com as desigualdades são muito perigosas porque destroem a moral vigente e não preenchem essa lacuna. A sociedade “ideal”, sem desigualdades, seria aquela reconstruída a partir da crença das pessoas em novos valores e da prática humana consciente orientada por esses valores.

Muitas das causas materiais das desigualdades sociais como a apropriação privada das riquezas socialmente construídas por donos dos meios de produção são desprezadas nessa análise teórica, ficando a origem das desigualdades sociais concebida no plano das ideias, como se o desenvolvimento de uma cultura da igualdade social e de atitudes contrárias a valores sociais que reforçam a desigualdade pudesse minimizar este problema. Afinal, Durkheim não pensava em um modelo de sociedade mais igualitário, mas ele estudava formas de combater a desigualdade social, sobretudo, no plano moral. Para além disso, ele pensava na organização da sociedade civil para pressionar o Estado por melhores condições de vida. Ele também compreendia que o Estado deveria fortalecer as ações na sociedade de formação da consciência moral dos indivíduos contra a desigualdade. Enfim, segundo essa perspectiva teórica, o combate às desigualdades passa por

nossas ideias e comportamentos tanto individuais como coletivos, de modo que estes podem mudar as relações sociais vigentes⁴.

Ao contrário do anticapitalismo e do antiliberalismo que estavam postos na emergência do pensamento conservador, a preocupação em reinstaurar valores e princípios do liberalismo clássico, tendo por base o ideário neoliberal, também passou a fazer parte do quadro ídeo-teórico e prático neoconservador. É de se notar que, conforme vimos anteriormente, mesmo ainda durante os séculos XVIII e XIX, no Ocidente, havia um certo “flerte” entre os objetivos capitalistas mediados pela questão da propriedade e o conservadorismo, porém, foi a partir do século XX que o imbricamento entre princípios neoliberais e o neoconservadorismo torna-se mais nítido.

Como exemplo disso, podemos citar a ideia de imperfeição humana somada à concepção de uma ordem natural do mercado que deve se desenvolver livremente. A junção entre tais percepções é fundamental para a solidificação do projeto neoliberal que se constitui na conservação de uma classe mais rica e poderosa que age conforme as “forças naturais” que configuram as relações de mercado e o “acaso” ou a “contingência” da vida em sociedade (PONDÉ, 2012). Vida esta que a mente humana não é capaz de abarcar e as ações humanas não são suficientes para transformá-la de modo a contemplar de maneira “perfeita” toda a humanidade. Isto porque a razão e qualquer tentativa racional de experimentar novos projetos societários estão submetidas não somente à imprevisibilidade dos fatos que não nos permite ir além do que temos e vivemos “hoje”, mas também aos afetos e à própria condição humana que nos direciona a um destino marcado pela insuficiência típica da espécie humana, como explica Pondé (2012).

São tais concepções que regem modos de ser e de se comportar típicos do estilo de vida neoliberal e que estão na base de muitas das críticas conservadoras à questão social no Brasil. Uma de suas manifestações pode ser encontrada na forma de preconceitos contra famílias beneficiárias do

⁴ Redação que teve por base os conteúdos e a aula expositiva da disciplina *Fundamentos Filosóficos e questões de método nas ciências sociais*, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, da PUC-SP, ministrada pelo prof. Dr. José Paulo Netto, no primeiro semestre de 2012.

Programa Bolsa-Família, as quais são vistas por segmentos da sociedade brasileira como pessoas acomodadas e que não querem trabalhar, conforme aponta pesquisa realizada pela DATAUnB (In: CASTRO et al., 2009). Ou seja, prevalece a noção de que desigualdades são inevitáveis e não há projeto de sociedade, meios políticos ou ações humanas que possam, efetivamente, lutar contra as forças do mercado e, mais do que isso, contra a própria natureza humana que se expressa, entre outras formas, por meio de atitudes egoístas, desleais, preguiçosas, mesquinhas. Sobretudo, no caso de pessoas “pobres”, o determinismo presente em tais análises parece ser ainda mais espontâneo. A figura abaixo, disponível nas redes sociais virtuais, expressa bem essa realidade:



1. Figura A
Charge

Fonte: <http://agazetadigital.blogspot.com/2014/10/o-bolsa-familia-e-as-contradicoes-do-pt.html>

Neste caso, há um reducionismo na análise da questão social no sentido da sua moralização pois as condutas pessoais de “esforço” ou “não esforço”, motivadas pela famosa e tão propagada “força de vontade” individual ou pela falta desta, são compreendidas como algumas das principais, senão a principal razão para a exclusão do mercado de trabalho e a miséria vivenciada pela classe trabalhadora ou população mais “pobre”.

Há uma incorporação do modo de pensar e ser neoliberal, hegemônico, e que estigmatiza o povo brasileiro como indolente na sua relação com o trabalho, sendo esta característica atribuída como causa de um sério “desvio social” que acaba por se refletir no próprio desenvolvimento do país. Assim, expressões da questão social como o desemprego, a pobreza e a miséria são consideradas como fenômenos que também podem ser evitados a partir da

mudança de valores e atitudes individuais. Ao passo que, compreendemos que tais expressões da questão social são resultantes de um contexto estrutural e, se há algum sinal “doentio” ou “desviante” a serem identificados nesse processo, estes devem ser buscados em situações reais e concretas como, por exemplo, a exploração a qual os trabalhadores estão sujeitos nessa relação estabelecida hoje com o trabalho, e não nas atitudes e comportamentos dos indivíduos supostamente motivados por determinados pensamentos, valores, princípios ou características particulares.

Outra opinião expressa com frequência em nosso cotidiano refere-se à “tendência” dessas famílias em ter mais filhos para aumentar a transferência de renda feita pelo governo federal, via Bolsa Família. De acordo com a mesma pesquisa, realizada pela DATAUnB (In: CASTRO et al., 2009), 56% das pessoas entrevistadas avaliam ser este um dos resultados negativos do programa. A seguir, outro dado por nós coletado que aponta para esse tipo de opinião:



2. Figura B
Charge

Fonte: <https://www.humorpolitico.com.br/admin/bolsa-familia-da-mais-verba-que-fundo-de-participacao/>

Aqui, fica evidente a percepção segundo a qual os costumes, as instituições e as leis, na forma de convenções, têm essa função de garantir a coesão social. A família, mais do que um espaço importante de socialização dos indivíduos, de proteção, de garantia de um desenvolvimento saudável, de formação de valores, é para o pensamento conservador, um espaço onde se procura preservar relações fundadas na hierarquia, na autoridade e nas tradições. Nesse sentido, as famílias mais empobrecidas, como é o caso do público do Programa Bolsa Família, frequentemente, compreendidas como

parte de uma “subclasse”, que sofrem com a destituição de “laços familiares sólidos” e com “problemas morais” (DALRYMPLE, 2014), por muito tempo, classificadas no Serviço Social como “famílias desestruturadas”, são alvo de julgamentos e responsabilização pela condição social em que vivem. A estas são atribuídas muitas das causas do agravamento da questão social, como por exemplo, a procriação.

Ao serem colocadas em questão a liberdade sexual e o planejamento familiar de homens e mulheres de uma determinada classe social, sob a ótica conservadora, isto é, colocando a denominada “multiparidade”⁵ e anticoncepção de mulheres pobres enquanto elementos centrais para se pensar e intervir sobre a geração ou potencialização das situações de vulnerabilidade social, como explicam Prates et al. (2008), omite-se a discussão sobre os direitos reprodutivos das mulheres e o direito ao seu próprio corpo, independentemente de classe social e, mais do que isso, responsabiliza-se a mulher “pobre” por transmitir a outros seres, seus filhos, males oriundos desse modo de organização da sociedade e, portanto, transmitidos pela própria sociedade e não por estas mulheres. O que estamos querendo dizer aqui é que nenhum homem ou mulher deveriam ser privados de fazer uso de sua sexualidade ou do seu próprio corpo, através de uma necessidade biológica e social básica, como é o caso do ato sexual, por sua condição de classe e lugar que ocupam nessa sociedade. A irracionalidade e a limitação desse tipo de pensamento ficam evidentes quando observamos que pessoas pertencentes às classes mais privilegiadas não são cobradas ou julgadas pelo exercício de seus direitos sexuais⁶.

Entendemos que, assim como as desigualdades de classe afetam a dignidade humana desde o nascimento e o direito de escolhas na vida, inclusive, no campo reprodutivo, as desigualdades nas relações de gênero impõem a muitas mulheres a submissão a uma cultura patriarcal que controla e

⁵ Expressão utilizada por Prates et. al. (2008) para designar “proles numerosas”.

⁶ No caso das mulheres em geral, há um tipo de “cobrança indireta” sobre os seus direitos sexuais e reprodutivos via mercado de trabalho que as exclui e/ou as desvaloriza por causa da maternidade, porém, é diferente do que estamos retratando nesse trabalho: o controle social sobre o número de filhos que resulta em discriminação e preconceitos e, até mesmo, propostas políticas de intervenção sobre o “problema”, tais como a esterilização forçada.

reprime suas vidas de várias maneiras, inclusive, no modo como estas vivenciam sua sexualidade e a reprodução, sendo que, muito frequentemente, são os seus companheiros homens que decidem ter ou não filhos, bem como definem os meios de contracepção, como afirmam Prates et al. (2008, p. 605):

Se, por um lado, as mulheres são responsabilizadas pelo controle da reprodução, por outro, em geral, os companheiros exercem um importante papel na decisão de ter ou não filhos, bem como na escolha, duração e continuidade do método contraceptivo usado pelo casal- na maioria das vezes, um método que deve atuar no corpo das mulheres.

Além de moralizar a questão social, tomando como referência os padrões de comportamentos de mulheres da classe trabalhadora, opiniões como a expressa em figura acima operam no cotidiano como julgamentos preconceituosos que têm direção certa: as mulheres. Estas que sofrem fortes pressões por parte da sociedade para que cumpram o seu papel social de mães atenciosas, esposa dedicadas, donas de casa eficientes, boas educadoras de seus filhos e, mais recentemente, responsáveis chefes de família e provedoras do sustento familiar. Além disso, são estas que são cobradas pelo cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família⁷. Recae sobre as mesmas os títulos de promíscuas, irresponsáveis, interesseiras, “mau caráter”, negligentes e incapazes de oferecer educação moral aos filhos.

No extremo, as ações cotidianas permeadas por tal ideologia podem ter suas raízes encontradas nas bases do pensamento eugenista e racista. Pensamento este que prevê a intervenção direta na reprodução de seres considerados “inferiores”, os quais não sabem fazer escolhas e que, até mesmo na esfera sexual, devem ser “vigiados” para não cometer “erros” e não perpetuar “problemas”, mantendo o que se conhece por “círculo vicioso da pobreza”.

⁷ O Programa Bolsa-Família é um programa de transferência de renda com condicionalidades que integra o atual Sistema de Proteção Social Básica brasileiro. Dentre as propostas do programa estão a unificação de vários programas de transferência de renda de governos anteriores, como por exemplo, o Bolsa-Escola, o Auxílio-Gás, entre outros, que eram administrados durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), assim como o cumprimento de condicionalidades, por parte das famílias, isto é, a exigência de que estas mantenham os filhos na escola e realizem acompanhamento médico para os cuidados básicos de saúde de crianças e gestantes.

4. CONCLUSÃO

Com base na revisão literária realizada, podemos afirmar que o conservadorismo não abarca ideias de valorização do passado e das tradições que podemos considerar imparciais. É certo que essa forma de pensar e agir sofreu e vem sofrendo transformações ao longo do tempo, mas a sua emergência se dá com o nascimento da sociedade moderna e a correlação de forças predominante em determinados períodos históricos, a partir de meados do século XVIII, na Europa, desenvolvendo-se com suas particularidades em várias partes do mundo.

Enquanto ideologia, o conservadorismo concebe o mundo e os fatos a partir da necessidade de manter uma dada ordem social, isto é feito a partir do apego e fé nas instituições tradicionais e valores como a ordem, hierarquia, autoridade, moral dominante. Ao longo do seu desenvolvimento, princípios neoliberais e da teoria pós-moderna foram sendo incorporados em seu conteúdo.

Atualmente, vivenciamos uma crise de ordem “sistêmica” que tem na sua essência a ampliação de contradições inerentes ao modo de produção capitalista (MÉSZÁROS, 2011). Entre essas contradições está aquela que dá origem a todas as outras: a socialização do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas cada vez maiores, em contraposição à apropriação privada das riquezas socialmente produzidas. O autor acima mencionado fala ainda em ações concernentes à reprodução do capital que levam a ordem do capital a dimensões cada vez mais incontroláveis e “destrutivas”. É nesse contexto que há um recrudescimento do conservadorismo na sociedade contemporânea, não por causa de uma “crise de valores”, como sugerem algumas análises, mas por uma crise real e concreta que se reflete na esfera ideológica.

Somam-se à ideia de que novos valores e novas condutas pessoais podem minimizar desigualdades, as forças neoliberais que impulsionam o individualismo exacerbado, tornando assim a relação com o outro mais violenta e negadora da existência de diferenças. Os preconceitos são produto direto

dessa realidade que, ao negar o outro, nega a própria razão, por meio de análises imediatistas que, não raramente, nascem da fé incondicional em dogmas religiosos, em sentimentos e experiências pessoais. Esses preconceitos se firmam como tal quando, mesmo refutados por um pensamento mais crítico, não se modificam (HELLER, 2008) e continuam a cumprir esse papel de negação e discriminação do diferente. Situação recorrente com a população mais “pobre”, público do Programa Bolsa Família.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ética- fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun., 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282011000200002&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 02 de outubro de 2014.

CASTRO, H. C. O.; WALTER, M. I. M. T.; SANTANA, C. M. B.; STEPHANOU, M. C. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 15, p. 333-355, nov. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200003. Acesso em: 20 de abril de 2017.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUTINHO, J. P. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

DALRYMPLE, T. **A vida na sarjeta: o círculo vicioso da miséria moral**. São Paulo: É Realizações, 2014.

HELLER, AGNES. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social- Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, L. E. **O conservadorismo clássico**- Elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NISBET, R. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

PONDÉ, L. F. A formação de um pessimista. In: COUTINHO, J. P.; PONDÉ, L. F.; ROSENFELD, D. **Por que virei à direita- três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PRATES, C. S.; ABIB, G. M. C.; OLIVEIRA, D. L. L. C. Poder de gênero, pobreza e anticoncepção: vivências de múltiparas. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v. 29, n. 4, p. 604-611, dez.2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/7632>. Acesso em: 2 de julho de 2018.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, J. M. A. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 1-22, abr./jun., 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101662820150002&lng=pt&nrm=i. Acesso em 19 de março de 2016.